



AL notícias



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 11 de dezembro de 2002

Ano 4 Nº 112

Assembléia em ritmo intenso de votação



(foto Carlos Kilian)

Jornal da Assembléia Legislativa de cara nova e à serviço da democracia



TRE diploma eleitos no dia 18

Os novos representantes dos catarinenses na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional, e os eleitos para administrar o Executivo catarinense, recebem seus diplomas no próximo dia 18, em cerimônia conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a partir das 20 horas, no Plenário da Casa.

Compõem a mesa para a solenidade o presidente do TRE, desembargador Anselmo Cerello, os seis juizes que integram o Pleno e o procurador, e os atuais presidentes do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio do Amaral e Silva, da Assembléia, Onofre Agostini (PFL) - reeleito -, o governador Esperidião Amin (PPB), e o presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior.

A entrega dos diplomas é feita primeiro aos parlamentares que vão ocu-

par as 40 cadeiras da Assembléia nos próximos quatro anos. A ordem de chamada é definida pela votação recebida pelos eleitos, o que define também o indicado para falar em nome de todos após a entrega dos diplomas. Pelos deputados estaduais, o pepebista Nelson Goetten fará uso da palavra. O mesmo rito se repete na diplomação dos 16 deputados federais, que terão o deputado Carlito Meres (PT) como orador representante, e com os senadores, Ideli Salvati (PT) e Leonel Pavan (PSDB), sendo a deputada a indicada para falar.

Por último, serão diplomados o governador eleito, Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e seu vice, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), com o primeiro fazendo uso da palavra. O encerramento da cerimônia fica a cargo do presidente do TRE. (MMV)

O plenário apreciou nesta semana dezenas de projetos. Até o fechamento desta edição ainda se encontravam pendentes os projetos de Regimento Interno, o Fundo de Reparelhamento da Justiça e o que trata do Orçamento estadual para 2003.

Entre as matérias aprovadas, duas originárias do Poder Judiciário, criando cargos e alterando nomenclatura de categorias já existentes e outro do Ministério Público Estadual, reestruturando o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Pessoal daquele órgão.

Saiba mais das matérias aprovadas na página 05

CPE dos Suínos

Relatório recomenda planejamento na produção da suinocultura

Página 4

Vereadores

Acordo garante mandato de 333 vereadores catarinenses

Página 7

ONGs

Comunidades mais fortalecidas

Página 8

Jornalismo em expansão

A evolução do informativo da Assembléia para um jornal tablóide semanal é a concretização de um projeto de abertura do Poder Legislativo Catarinense que engloba todos os setores responsáveis pela divulgação do trabalho dos parlamentares no Plenário e nas Comissões Técnicas.

Nos últimos dois anos, a Mesa norteada pelo objetivo de eliminar a "barreira" imposta pela distância que impede a aproximação de representantes e representados, incentivou e tornou possível todos os projetos que pretendiam divulgar as ações deste Poder.

O Projeto Retratos de Santa Catarina, através da apresentação dos municípios catarinenses, trouxe a população para a Assembléia. As sessões interiorizadas e a instalação de estandes em eventos municipais levou a Assembléia a todo o Estado.

Através da TVAL chegamos nas casas de parcela significativa da sociedade catarinense, que passou a acompanhar a atuação de seus representantes através de transmissões, ao vivo, das sessões plenárias e das reuniões de comissões técnicas. Além da veiculação das ações parlamentares,

a TVAL diversificou sua programação e ampliou sua área de abrangência.

O setor de rádio evoluiu e agilizou a emissão de informações para todas as rádios do interior do estado, via Internet.

Agora o jornal *AL Notícias*, um projeto arrojado que alia eficácia e redução de despesas, se concretiza. Contaremos com mais um instrumento para prestar contas à comunidade que representamos, democraticamente, através de reportagens sobre os fatos que produzimos no nosso dia a dia parlamentar. Por isso, trabalhamos para profissionalizar nossos meios de comunicação, intensificar e ampliar a fluidez da notícia, com transparência, sem nenhuma tendência ou manipulação de fatos e sim com o único e claro objetivo de informar. Este é o nosso Norte! E a informação é nossa forte aliada. Não medimos esforços para apoiar todas as iniciativas que visem descortinar este Poder, que deve contar com a confiança de toda a sociedade catarinense porque estamos aqui para bem representá-la.

Deputado Onofre Agostini (PFL)
Presidente da Alesc

Acompanhando Santa Catarina

A Divisão de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no cumprimento da atribuição de repercutir os acontecimentos do parlamento catarinense em seus veículos de comunicação, dá início a um processo de renovação que pretende acompanhar, em agilidade e qualidade, os avanços da sociedade catarinense refluídos através de seus representantes.

O início de operação da TVAL, de certa forma, provocou verdadeira revolução no legislativo catarinense, potencializando compromissos e responsabilizando atuações.

Se por um lado o parlamentar passou a comunicar-se com o público telespectador em tempo real, por outro, suas assessorias e os demais órgãos da Divisão de Imprensa precisaram se readaptar à nova realidade, redobrando eficiência e velocidade.

Em decorrência desse processo, a própria emissora do legislativo vem sofrendo constante aporte de tecnologia e agregando profissionais, para oferecer ao telespectador a variedade de programação gerada da expectativa natural do público, que se tornou participante da atividade parlamentar.

Os debates, as produções culturais e históricas decorrentes dos Retratos de Santa Catarina, os programas jornalísticos, as retrospectivas semanais e a integração com os demais veículos, não são apenas necessários, são imprescindíveis.

O Setor de Rádio, cuja dinâmica concorre em resultados com o veículo televisão em virtude de sua penetração, aguarda o momento de operar emissora própria atuando no tradicional sistema da remessa de boletins diários à emissoras regionais e incursionando no meio eletrônico, através da Rádio Alesc Digital, que se populariza entre os usuários da informática.

Neste caminho, o informativo Notícias da Assembléia, que vinha circulando com distribuição restrita e em formato cuja discricção não se compatibilizava a atuação dos deputados catarinenses, resgata a importância histórica da mídia impressa na nossa Divisão de Imprensa.

A integração, palavra de ordem nesta administração, chega para ficar no novo *AL Notícias*. Não estamos apenas mudando nosso projeto gráfico; estamos mudando conceitos.

Alguns dos talentosos e perseverantes profissionais que o criaram e tornaram possível sua veiculação, se unem a novos redatores, à TVAL e à Rádio Alesc, para concretizar o desafio de acompanhar a evolução dos tempos e planejar nosso futuro de comunicação com os catarinenses.

Nosso dever de aproximar os legisladores de seus representados se cristaliza no compromisso de oferecer um melhor produto a um público cada vez maior pois, sempre que a sociedade exigir, estaremos prontos para fazer melhor e ir mais longe.

Estamos acompanhando Santa Catarina.

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

Com o intuito de aproximar ainda mais a Assembléia Legislativa da comunidade catarinense, o *AL Notícias* abre espaço para seus leitores se manifestarem. Duas colunas serão destinadas a este propósito, *Pergunte ao Deputado* e *O Leitor*.

Pergunte ao Deputado visa esclarecer dúvidas que o leitor possa vir a ter, a respeito de projetos de lei, ou outro assunto, que o seu deputado possa responder.

As perguntas podem ser enviadas para o e-mail pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br ou por fax no número (48) 223-7021, ou por carta no endereço Avenida Jorge Luiz Fontes, 310, Palácio Barriga Verde, CEP 88020-900, Florianópolis, SC.

As dúvidas serão encaminhadas aos respectivos deputados e respondidas a cada edição do jornal.

Já a coluna *O Leitor* será destinada àqueles que queiram sugerir, criticar ou elogiar as matérias do *AL Notícias*, além do trabalho dos parlamentares. O endereço e o telefone para contato é o mesmo do *Pergunte ao Deputado*, o e-mail é oleitor@alesc.sc.gov.br.

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Sucesso colegas

A equipe da TVAL comemora a transformação do Notícias da Assembléia em *AL Notícias*, em nova forma, mais dinâmico e moderno, uma conquista dos nossos colegas da Divisão de Imprensa. Temos certeza que a partir de agora o Poder Legislativo Estadual conta com mais um instrumento eficaz no cumprimento dos compromissos assumidos nas urnas pelos quarenta deputados estaduais. Ganha a sociedade fortalece-se a democracia.

Ilsou Chaves, Coordenador

Qualidade e profissionalismo

O Estúdio de Rádio congratula os colegas jornalistas da Divisão de Imprensa da Alesc. Parabéns a todo o pessoal por mais essa conquista, o *AL Notícias*, um marco na história do serviço de imprensa do Legislativo, desde a sua profissionalização, através de diversos jornalistas que fizeram da Assessoria de Imprensa um termo com letras maiúsculas a ser usado no Poder Legislativo. O novo veículo impresso representa um salto de qualidade para o profissionalismo dos jornalistas que realizam seu trabalho diário em prol da democracia catarinense.

O novo *AL Notícias* é um exemplo de que muito havia, e há, para ser feito em favor da troca de informações entre o público e o Poder. Gradualmente esse caminho está sendo trilhado. O jornal é uma prova disso. Parabéns a toda equipe pelo empenho em tornar essa proposta uma realidade concreta. Com o *AL Notícias*, com certeza, teremos um ano de 2003 muito mais transparente e bem informado, no que diz respeito ao Poder Legislativo e ao público de Santa Catarina.

Eduardo Rocha, Coordenador

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)

1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Eduardo Rocha, Ilson Chaves, João Batista Ramos, Jonas Lemos Campos, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira e Samir Machado

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretor: Samir Machado

Coordenador de Imprensa: Jonas Lemos Campos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Marise Ortiga

Redatores: Cleide Winckler, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

Assessores de Imprensa: Ana Paula Moreira, Andréa Leonora, Carlos Agne, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Daniel Ramos, Estevão Derech, Fabiana Henrique, Felipe Damo, Felipe Nunes, Gisele Gisbert de Souza, Jandyr Côte Real, João Carlos Godoy, Linete Martins, Luciano de Carvalho Oliveira, Luiz Carlos Padilha, Manoel Borges, Marcelo Santos, Maria Ivonete Lessa, Martha Curial, Meliza Godoy, Milton Alves, Nara Cordeiro, Paula de Medeiros, Regina Zandomênicó e Terezinha Silva

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos e Stela Martins

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Solon Soares

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Artes Gráficas Riosul

A Assembléia Legislativa, através de sua Assessoria Cultural, abre espaço para artistas e escritores catarinenses expor ou lançar suas obras na galeria de arte Meyer Filho

Galeria de arte Meyer Filho aberta à literatura Catarinense

Tatiana Kinoshita

Entre o final do mês de novembro e até meados de dezembro foram seis livros lançados com autores conhecidos como o presidente da Academia Catarinense de Letras, Paschoal Apóstolo Pitsica e o jornalista Moacir Pereira.

No último dia 26 de novembro comemorou-se o Dia de Santa Catarina, data perfeita para o jornalista Moacir Pereira lançar seu mais recente livro, *Santa Catarina, Padroeira: Tesouros no Sinai*. A obra resgata informações fundamentais sobre a vida da santa e as riquezas artísticas, históricas e documentais encontradas no mosteiro do Monte Sinai

construído há 1.600 anos e dirigido por monges da igreja ortodoxa grega.

Outro livro interessante relançado no dia 25 foi a segunda edição do *Casildário II, O Retorno*, de Dorvalino Furtado Filho. A obra é uma coletânea de tiradas do ex-governador e senador Casildo Maldaner (PMDB) produzidas nos últimos oito anos, tendo sido publicado pela primeira vez em 1991, quando foram colocados à venda 1.200 exemplares, esgotados em apenas duas semanas.

Para Dorvalino, que é médico veterinário mas tem gosto pela literatura, as frases de Maldaner não são piadas e nem gafes: são pérolas. "O livro retrata o bom humor, a espontaneidade, as idéias e os



Benício é o fundador do Grupo Catarinense Pró-hanseníase

improvisos do Senador. É um resgate da cultura catarinense", destacou.

A imigração de seu povo foi a inspiração do escritor Paschoal Apóstolo Pitsica, que lançou no dia 3 *Memória Visual da Colônia Grega de Florianópolis*. Com 200 páginas a obra é totalmente ilustrada e conta com mais de 400 fotos. "Este livro não é a palavra oficial do governo da Grécia, nem tão pouco de sua embaixada no Brasil. É resultado dos registros e anotações de um catarinense que tem orgulho de ser descendente direto dos primeiros gregos que aqui se instalaram", comentou Pitsica.

Já para Benício Pereira, a luta contra o preconceito foi o ponto de partida para escrever o livro *Um novo Horizonte*. Or-

ganizado por Marcelo Machado, a obra relata a história do autor em forma de biografia sobre sua luta contra a hanseníase e o preconceito sofrido por pessoas que têm algum vírus ou bacilo.

Em 1996 o autor fundou o grupo catarinense Pró-hanseníase e luta até hoje pela vida dos internos e por campanhas de esclarecimento para amenizar o preconceito e a discriminação.

Relações de Saber, Poder e Prazer é o nome do livro da professora Nadir Esperança Azibeiro. A obra tem prefácio de Frei Betto e é um resumo de todo o aprendizado que Nadir teve como educadora no período em que trabalhou com a formação de lideranças de movimentos populares e sindicais em São Paulo, especialmente na formação de educadores.

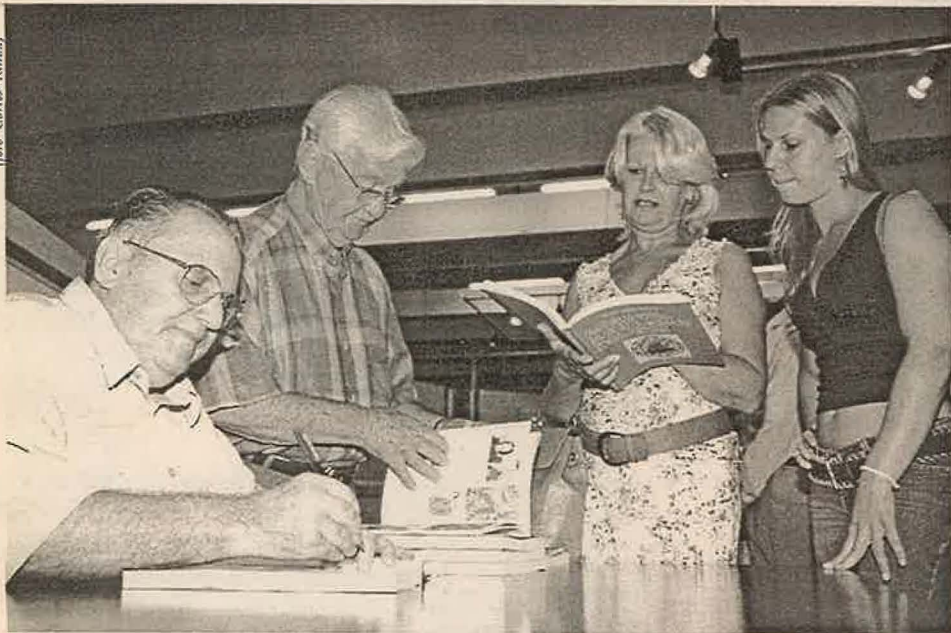
Conforme a autora, nas relações é preciso incorporar algum tipo de paixão, que a professora denomina de prazer e que leva a mudança de comportamento.

A vida na clandestinidade durante a ditadura militar, o exílio em Cuba e a tortura na prisão são momentos que Derlei Catarina De Luca está contado no livro: *No Corpo e na Alma*, que foi lançado no último dia 2. A autora relata experiências de militante política ativa na *Ação Popular*, o período em que viveu na clandestinidade logo após a assinatura do AI 5, a prisão, a tortura e o exílio em Cuba, no período de 1973/79.

Derli é fundadora e coordenadora do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, militante do grupo *Tortura Nunca Mais*, além de ocupar a cadeira de nº 1, da Academia Criciumentense de Letras.

A diretora de produção da Bescor (Bescorretora de Seguros) lançou no dia 10 o livro *Gestão do Ser*. A obra apresenta algumas ferramentas para auxiliar a busca da felicidade.

Segundo a autora, assim como administramos nossa vida profissional, acadêmica e outras áreas de nosso interesse e necessidade, devemos – e podemos – tomar consciência da importância de gerenciarmos a vida e o ser que a possui.



Pitsica, presidente da Academia Catarinense de Letras há 15 anos, autografa sua nona obra

Major Brigadeiro do Ar recebe título de Cidadão Catarinense

A Assembléia Legislativa, por proposição de seu presidente, Onofre Agostini (PFL), concedeu o título de Cidadão Catarinense ao Major Brigadeiro do Ar Juniti Saito, pelos relevantes serviços prestados à aviação brasileira e por sua contribuição à infraestrutura do setor aéreo em Santa Catarina.

A sessão solene aconteceu na noite do dia 5, com a presença do Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada General Renato Costa Lemos, do ex-governador e ex-presidente do Legislativo, Ivo Silveira, secretário dos Transportes e Obras, Marcos Brusa, Cel. PM Roque Heerdt e representantes dos municípios e da colônia japonesa de Frei Rogério e Curitibaanos.

O Major Brigadeiro do Ar, Juniti Saito, ingressou na Força Aérea em março de 1960 tendo exercido todas as funções inerentes a Unidade de Caça, desde o setor de operações até o comando. Também atuou como comandante do Comando Aéreo de Treinamento em Natal (RN) e do Segundo



Juniti Saito e presidente Onofre

Comando Aéreo Regional, em Recife (PE), e Adido Aeronáutico junto a Embaixada do Brasil, na Inglaterra. No período de 2001/02, durante sua gestão no comando da Aeronáutica e em parceria com o Estado, viabilizou importantes obras nos aeroportos de Caçador, Joaçaba, Chapecó, Forquilha, Curitibaanos, Videira e Regional do Planalto Serrano.

O presidente Onofre Agostini destacou que ao outorgar o título de cidadão catarinense, a Assembléia se enaltece e manifesta o orgulho que Santa Catarina sente em homenagear o Major Juniti Saito pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado. "Hoje vivo um destes momentos em que se mescla a sensação recompensadora do dever cumprido e a magia da emoção pelo gratificante reconhecimento", agradeceu Saito. Os amigos das colônias japonesas de Frei Rogério e Curitibaanos destacaram ainda a firmeza, o rigor e a generosidade das ações promovidas pelo Major para Santa Catarina. (SD)

CPE do Suíno apresenta relatório final

Rose Mary Paz Padilha

No relatório final apresentado terça-feira (10) pela Comissão Parlamentar Externa do Suíno (CPE), o relator, deputado Odacir Zonta (PPB) creditou à baixa remuneração paga ao produtor, carga tributária excessiva, estiagem, escassez de milho no mercado interno, falta de financiamento para as lavouras, baixo consumo de carne "in natura", margem de lucro exorbitante entre atacado e varejo, e falta de planejamento nacional como os principais fatores responsáveis pela maior crise da história da suinocultura catarinense. O setor contabiliza prejuízos da ordem de R\$ 250 milhões até o momento.

Zonta destacou ainda diversos resultados obtidos através dos trabalhos de todos os setores envolvidos nas atividades da CPE, como a redução da pauta para as comercializações interestaduais do suíno vivo, de R\$ 1,35 para R\$ 0,56 o quilo, campanha de aumento do consumo de carne, liberação da importação de milho com redução da taxa de 9% para 2% e financiamento de plantéis.

Instalada no dia 26 de junho, a Comis-



Deputados Zonta e Sopesa durante leitura do relatório

são era integrada pelos deputados Moacir Sopesa (PMDB), que a presidiu, Zonta (relator), Gelson Sorgato (PMDB) e Jaime Mantelli (PDT). Empresários, técnicos da secretaria da Agricultura, sindicatos e associações de agricultores, participaram dos trabalhos. O presidente da Associação Catarinense dos Criadores de

Suínos (ACCS), Paulo Tramontini, estava presente no encerramento das atividades da CPE.

A instalação da Comissão começou a partir do requerimento do deputado Sopesa e da "Carta de Seara" - documento elaborado durante reunião ocorrida naquele município, com representantes dos

setores político, econômico e social, que consideraram de grande relevância aprofundar as causas que provocaram a crise. O relatório, que será entregue a todos os parlamentares, às entidades representativas, ao governador atual e ao futuro governador do Estado, recomenda que haja planejamento da produção de suínos compatível com a demanda de mercado e com garantia de venda dos produtos; revisão urgente pelos Estados e pela União da carga tributária para os setores de produção de alimentos; criação do Fundo Nacional Especial para financiamento do setor, com recursos de longo prazo e custos compatíveis; criação de lei estadual que regulamente a integração de suínos e inclusão da carne suína na cesta básica, nas compras internacionais e no programa de combate à fome que será implantado pelo novo governo federal.

Sopesa assinalou que, mesmo com a elevação do preço da carne para o produtor, em torno de R\$ 1,50, o custo de produção é de R\$ 1,84 - prejuízo de 34 centavos por quilo produzido. A necessidade urgente de um mutirão estadual e nacional para salvar o setor, colocando em prática as recomendações da CPE, foi defendida com veemência pelos parlamentares.

SUS amplia pleno atendimento

Scheila Dziedzic

Ampliação dos serviços de alta e baixa complexidade em todo o estado, bem como o "pleno" atendimento através do Sistema Único de Saúde (SUS) por todos os municípios, são os principais avanços apontados pelo secretário João José Cândido da Silva no relatório trimestral de gestão do SUS, apresentado no

dia 9 na Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT). Cândido destacou ainda, a realização de concurso público, cujas nomeações devem ocorrer este mês, e a aplicação no setor de 9,30% do Orçamento do estado em 2002 (R\$ 302 milhões), além de investimentos na capacitação de funcionários e na produção de remédios pelo Lafesc para diabetes e hipertensão arterial.

A audiência, que teve a participação de secretários municipais de saúde, diretores da secretaria estadual, e dos deputados Reno Caramori (PPB) e Ideli Salvatti (PT), atende o artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93 e o artigo 9 do Decreto Federal nº 1.615/95, que determina às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores em todo país, que analisem e discutam trimestralmente o relatório dos gestores estaduais do SUS.

Morastoni enfatizou a necessidade de maior participação dos secretários de saúde e dos representantes dos conselhos municipais e do conselho estadual de saúde como forma de ampliar o debate sobre as ações realizadas em Santa Catarina e confrontar as informações passadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). "Existem dados que não conferem com o que nos chega dos municípios e há também algumas irregularidades que são apontadas, como as que têm ocorrido

no Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), com a distribuição dos equipamentos adquiridos para a implantação deste programa aos hospitais, comprometendo a implantação das centrais de regulação de urgência assim como das UTIs móveis". O secretário Cândido confirma que alguns hospitais receberam estes equipamentos para atendimentos emergenciais, mas que já foram devolvidos.

Outro questionamento feito por Morastoni é sobre o efetivo comprometimento do Estado com o atendimento público prestado por hospitais. "Hoje temos muitos serviços do SUS cedidos a terceiros. Exemplos são os hospitais regionais de Chapecó, Curitiba, Itajaí, Rio do Sul, Araranguá e Xanxerê, onde os atendimentos de planos de saúde e particulares são priorizados em detrimento ao SUS, mesmo recebendo recursos públicos".

CPEs pressionam Petrobras

Manutenção da Unidade Sul da Petrobras (UN-Sul), em Itajaí, e uma solução para indústria catarinense que sofre com os altos custos do gás natural foram discutidos com o presidente da empresa, Francisco Gros. Os deputados que compõem as Comissões Parlamentares Externas (CPEs) *Diga Sim à Petrobras em Itajaí* e do *Gás Natural*, que têm como presidentes Volnei Morastoni (PT) e Clésio Salvaro (PFL), respectivamente, e como relatores João Macagnan (PFL) e Valmir Comin (PPB), estiveram na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, acompanhados do governador eleito Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

Na audiência, foi solicitada a suspensão do processo de transferência da UN-Sul por um prazo de 60 dias, deixando a decisão para o novo governo. Morastoni diz que não existe nenhuma razão de ordem técnica, nem política, para a decisão da Petrobras. "Além dos campos Coral e Estrela, que vão produzir 20 mil barris/dia, foi descoberta nova jazida no litoral catarinense - a 175 quilômetros

de Itajaí - com produto de excelente qualidade e maior valor no mercado". Por trás da transferência da UN-Sul, denunciou, estaria o repasse da exploração das jazidas de petróleo em mar catarinense para a iniciativa privada.

Gás natural - O relator da CPE, Valmir Comin, afirma que a Comissão conseguiu "esclarecer informações que chegavam distorcidas à Petrobras, que não tinha muito conhecimento sobre o impacto do preço (dolarizado, por ser importado da Bolívia) sobre as empresas catarinenses". Entre as medidas solicitadas à Gross, estão: a equalização do preço do gás nacional com o importado; o aumento no prazo de depreciação do gasoduto, estimado em 10 anos no contrato (segundo estudos técnicos este período pode ser de 100 anos); a utilização do chamado gás PPT, cujo custo é 20% inferior ao industrial conforme determina o programa federal de incentivo à expansão de termelétricas e a inclusão do gás na Conta Compensatória de Energia para que o aumento do dólar não incida sobre o custo final. (SD)



Secretário da Saúde apresenta relatório

Homenagem aos Manezinhos da Ilha

A Assembléia, através de uma sessão solene ocorrida ontem às 19h a pedido do deputado Afrânio Boppré, homenageou três conhecidos *Manezinhos da Ilha*: Arante Monteiro, Danilo de Souza e Ernani Pereira. Todos receberam a honraria *Cidadão Catarinense* por representarem, cada um na sua área de atuação, o espírito ilhéu de viver e a cultura açoriana.

A sessão foi presidida por Boppré, que resumiu a história de vida dos homenageados como um exemplo a ser seguido. Conforme o parlamentar, Arante Monteiro, figura tradicional do Pântano do Sul, nos brinda diariamente com seu aconchegante restaurante Arantes, ponto de referência gastronômica da Ilha. O baleeiro Ernani Pereira mantém a tradição de construir esse tipo de embarcação há 60 anos. "Misturando arte, matemática e engenharia naval, Ernani é um dos últimos profissionais especialista neste tipo de atividade em

Florianópolis", explicou Boppré. "E o músico Danilo de Souza, que já trabalhou em circo e numa empresa de ônibus, mas é na música, com seu saxofone, que encanta na centenária banda Amor e Arte", completou.

O filho de Arantes, Arantinho, agradeceu a homenagem em nome dos três ilhéus. "Estamos todos orgulhosos pelo fato da Assembléia estar homenageando essas três figuras, já tão tradicionais de Florianópolis", comentou. "Essa homenagem nos faz sentir orgulhosos dos nossos trabalhos e ainda mais animados para continuar levando nossas tradições adiante", completou.

Segundo Boppré, a intenção, ao escolher esses três personagens, foi homenagear os açorianos, que povoaram o litoral catarinense a partir do século 18, além de quebrar a tradição de prestigiar exclusivamente personalidades do ramo empresarial ou que ocupam cargos nos Três Poderes. (TK)



Deputado Boppré e homenageados

Projeto minimiza perdas dos agricultores

De autoria do deputado Gelson Sorgato (PMDB), aprovado projeto de lei autorizando o governo do Estado a implementar, em caráter emergencial, programa destinado a minimizar as perdas dos agricultores decorrentes da estiagem verificada na

safra agrícola 2001/2002.

A matéria estabelece a prorrogação proporcional da dívida decorrente do Programa Troca-Troca àqueles agricultores que o integram, tomando-se por base para fixação do benefício o montante dos prejuízos na estiagem. (RV)

Tempo de espera nos caixas dos bancos

Todas as agências bancárias do Estado ficam obrigadas a manter, no setor de caixas, funcionários em número compatível com o fluxo de usuários, permitindo um atendimento razoável. Projeto de lei do deputado Jorginho Mello (PSDB) estabelece que o cliente deve esperar até 15 minutos em dias normais e 30 minutos em data de vencimento de tributos, data de pagamento aos servidores públicos e em véspe-

ra ou dia imediatamente seguinte a feriados.

A infração desta lei implicará em advertência, multa de cinco salários mínimos por usuário prejudicado, dobrada a cada reincidência até a quarta, e suspensão da atividade até que o órgão fiscalizador receba, por escrito, dados comprobatórios de que o número de funcionários nos caixas tenha sido reajustado de modo a sanar a demora no atendimento. (RV)

Criados 300 cargos no Poder Judiciário

Com três emendas ao projeto original enviado pelo Tribunal de Justiça (TJ) - definindo as atribuições dos assessores de juizes, determinando a sexta fase do curso de direito como qualificação para o cargo e proibindo a contratação de parentes dos magistrados, mesmo que funcionários efetivos -, foi aprovado Projeto de Lei nº 18/02 criando 300 cargos em comissão no Poder Judiciário. O presidente do TJ, desembargador Fernando do Amaral e Silva, afirma que a criação dos cargos de assessores de juizes vai agilizar o atendimento da Justiça. Atualmente ultrapassa um milhão o número de processos represados no Judiciário Estadual.

Esta foi uma das matérias que mais suscitou polêmica, em função do posicionamento contrário do Sindicato dos Servidores do Judiciário Catarinense (Sinjusc), principalmente em relação ao critério para o preenchimento dos cargos que serão de confiança do juiz, e a

conseqüente contratação sem concurso público. As emendas ao projeto foram apresentadas pelos deputados Afrânio Boppré (PT) e João Henrique Blasi (PMDB). (SD)

Categoria funcional - Proposto também pelo TJ, aprovada matéria extinguiu a categoria funcional denominada *Motorista Oficial* daquele Poder, enquadrando-a na categoria *Agente Operacional de Serviços Diversos*.

A nova nomenclatura, conforme argumento do Tribunal, torna mais abrangente a antiga categoria. Na prática, com o quadro de pessoal reduzido conforme alega o TJ, os servidores enquadrados nesta função terão reconhecidas as atividades que acabam exercendo hoje, dando apoio aos gabinetes dos desembargadores, como entrega de processos e outros documentos, serviços externos, de fotocópia, entre outros. (MMV)

Plano de carreira do Ministério Público

Aprovada lei alterando o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público Estadual (MPE). Segundo o Procurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, ao efetivar a aplicação da estrutura organizacional legalmente prevista na lei 223/02, verificou-se a completa ausência da função Gerência de Distribuição de Processos, que se encarregará da ad-

ministração e execução das aquisições feitas pelo Ministério Público, inclusive com o assessoramento à Comissão de Licitações. "É importante destacar que as medidas não implicarão em qualquer ônus extra aos cofres públicos, uma vez que se destinam a regularizar situações já programadas, limitando-se exclusivamente ao aprimoramento da redação legislativa", completou. (TK)

Alerta para conseqüências do uso de drogas

Exibição de filme publicitário esclarecendo as conseqüências do uso de drogas, passa a ser obrigatória antes das sessões principais em todos os cinemas de Santa Catarina, conforme determina projeto de autoria do deputado João Macagnan (PFL).

De acordo com o parlamentar, o filme publicitário deverá ser elaborado sob a supervisão técnica de uma equipe multidisciplinar de servidores das secretarias da Saúde e da Educação.

Ele ressalta o fato de que o consu-

mo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira, extrapolando a família e os setores do Estado voltado para o problema. "É por isso que, mais do que nunca, é fundamental travar a batalha da informação e do esclarecimento sobre o seu uso. Como o cinema é considerado um meio de comunicação abrangente, deve ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas", afirma. (CLR)

Festa Nacional do Feijão

Foi instituída a *Festa Nacional do Feijão em Variedade no Planalto Norte Catarinense*, dando reconhecimento oficial a este evento, através do projeto de autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT).

A festa, segundo o parlamentar, é de grande importância para o desenvolvimen-

to econômico e cultural dos municípios envolvidos, alavancando seu processo produtivo e propiciando a ocupação dos novos mercados no contexto estadual e nacional. Sua realização será periódica e terá como sede o município de Canoinhas. (TK)

Compromisso com a sociedade

(foto Giancarlo Bartoluzzi)

Tatiana Kinoshita

Editor chefe do terceiro melhor jornal laboratório do Brasil, o Zero, do curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o professor Ricardo Barreto é um expert em jornalismo institucional. Natural de Porto Alegre seu currículo é extenso. Começou no jornalismo antes de entrar para a universidade por "acidente de percurso", como ele mesmo define. Foi repórter, diagramador, passou pela grande imprensa, como a Abril Cultural, Zero Hora, além de ter sido o primeiro crítico de música do Diário Catarinense e ter participado de todo o seu processo de implantação em Santa Catarina. Ainda na capital gaúcha, apresentou na tevê Guaíba um programa de música. Crítico, e um tanto desapontado com a atuação da imprensa hoje, sua preocupação atual é formar bons jornalistas, que resgatem o velho e bom trabalho de reportagem, além de fazê-los se reaproximar das grandes massas. Conselho este que também ofereceu à equipe do novo jornal da Assembleia Legislativa, o *AL Notícias*. Afinal, como ele mesmo definiu, "o jornalismo atual está elitizado e, se existe fórmula para se aproximar da comunidade, ela reside na simplicidade de passar a informação".

AL Notícias - Qual o papel do jornalismo institucional?

Ricardo Barreto - Há empresas que trabalham exclusivamente com o público externo e outras que tentam contemplar o público externo e interno. Acho meritório o fato do novo jornal da Assembleia, enfim, se voltar para a sociedade também e não apenas ficar em um universo fechado. Especialmente porque o jornal está se voltando para quem elege os deputados e mantém a Casa, através de seus impostos. No caso específico do *AL Notícias*, forçosamente ele não tem que só se centrar nos interesses diretos da Casa, mas também ter compromissos mais marcados com a cidadania, sociedade civil, defesa da liberdade dentro deste espaço público. Afinal, estamos vivendo uma democracia que mal está se consolidando e todo esforço para tentar aperfeiçoá-la ou consolidá-la é importante. Essa nova

perspectiva na qual o jornal está se embasando é um exemplo que deve ser seguido por todas as Assembleias Legislativas do país.

AL Notícias - Como deve ser a relação do jornalismo institucional com a comunidade?

Barreto - A grande imprensa em geral anda muito distanciada dos problemas do cidadão comum e muito preocupada em tratar os problemas da elite, dos empresários e do grande capital. Um exemplo são as editoriais de economia, que falam apenas para empresários e não para o leitor. A notícia está elitizada e quando os jornais reclamam da queda de vendas, eles têm que indagar o porquê. Não é culpa apenas da crise econômica e sim, também, porque eles não estão retratando o que está ocorrendo nas ruas. Se existe

"Se existe fórmula para se aproximar da comunidade, ela reside na simplicidade de aproximar o leitor da informação."

fórmula para se aproximar da comunidade ela reside na simplicidade de aproximar o leitor da informação. No jornal da Assembleia vocês estão criando espaços novos para o cidadão se manifestar e questionar. Porém, não esqueçam que o trabalho de reportagem é indispensável em qualquer jornal.

AL Notícias - Como fazer um jornal institucional, de cunho político, mantendo as informações claras para atingir o grande público?

Barreto - Essa preocupação deve caber não apenas ao jornal, mas também aos deputados. Usualmente, eles são eleitos e ao cumprir seus mandatos ficam fechados dentro da Assembleia, preocupados apenas com eleitorado específico que o elegeu, esquecendo do resto. Este é o grande vício da política brasileira. Eles têm que se relacionar com toda a população. O jornal tem um papel super importante nisso, é meritória essa mudança de rumo que o *AL Notícias* está tomando, dando voz não só aos eleitos, mas também aos eleitores. Esse espaço que o jornal propicia ao eleitor para perguntar ao deputado já é uma grande coisa. Mas pode-se também fazer uma



Ricardo Barreto

enquete com a população, com perguntas que estão na agenda social e ver o que ela responde. As pessoas estão fartas de ver só a elite dando fórmulas e receitas. Em muitas regiões do país o rádio é o principal meio de comunicação porque a população tem mais meios de interatividade. O jornal se afastou dessa integração mais próxima com os leitores. Assim que as reclamações caírem nos ouvidos de um político sensato, nós poderemos ver transformações. Criar canais de comunicação com os leitores é a melhor maneira de se fazer entender.

AL Notícias - As tevês e as rádios institucionais podem tornar dispensáveis o papel do jornal institucional impresso?

Barreto - Curiosamente, ontem descobri que tem o canal de tevê da Justiça. Por um lado acho bom que os poderes tenham o seu canal. Por outro, trabalhando em uma universidade pública, que sofre com a carência de dinheiro apesar da produção incrível que temos, acho que existe uma falta de coerência por parte do governo federal. Até hoje existe polêmica das rádios comunitárias e os ministérios federais continuam não dando chance desse pessoal se manifestar. Acredito que pelo menos uma universidade federal por estado tenha o direito de ter um canal de tevê com plenos recursos. No caso da Ufsc temos o canal mas não temos os meios. Posso fazer distinções entre o poder de influência que a audiência de rádio e tevê alcançam, comparados com os jornais. Mas o jornal ainda é o meio mais barato e mais acessível. Podem dizer que nós temos uma população de analfabetos, mas eles também podem não entender o que estão falando na tevê e no rádio. A diferença é que a tevê e o rádio ele já tem em casa, mas o jornal também pode chegar nas suas mãos. Os estudantes de jornalismo também questionam muito se o jornal vai morrer. Costumo responder que um meio de comunicação não extingue o outro. Acredito na longevidade do jornal. Quem quer a explicação dos fatos não vai procurar um canal de tevê ou rádio, e sim o jornal ou a revista. Esse cacife de aprofundar a informação ainda pertence a estes meios.

AL Notícias - É possível um jornal institucional ter um papel político na sociedade?

Barreto - Seguramente. Até espero que a presidência da Assembleia dê total liberdade para o jornal, visto que a Casa do povo é do povo e não do presidente ou dos deputados. Esse conceito é que eu digo que precisa ser marcado. Todo jornal impresso desse país deveria assumir o compromisso com a cidadania e as causas mais nobres. Quando isso começar a ser assumido e não houver mais a imprensa comprometida, de "rabo preso", não só na imprensa comercial, mas em todo o universo de publicações institucionais, nós teremos uma melhora fantástica na passagem de informações, assim como na formação de opinião. Que órgão mais isento nós podemos ter, se não o jornal feito na Casa do povo, pela Assembleia Legislativa?

VIA BRASÍLIA

Fórum Parlamentar garante recursos do Pronaf

Com a garantia da duplicação do trecho sul da BR-101 em 2003, o Fórum Parlamentar Catarinense se organiza para lutar por outras bandeiras de interesse do Estado, como a recuperação da malha viária das BRs 470, 280 e 282, além de recursos provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O coordenador do Fórum, deputado Gervásio Silva (PFL), esteve reunido no último dia 3 com o ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, que assegurou para o próximo ano o mesmo volume de recursos e a manutenção do atendimento aos 57 municípios inscritos atualmente no programa.

"Santa Catarina tem 90% de suas propriedades nas mãos de agricultores fa-

miliares, um exemplo para o Brasil. Apesar disso, tem sido um dos estados mais prejudicados na destinação de recursos do Pronaf. É preciso mudar este quadro", afirmou Gervásio. Ele foi informado pelo ministro que, em 2003, a previsão orçamentária para o setor continua em R\$ 7,8 milhões enfatizando que a conquista definitiva de verbas para a agricultura familiar brasileira depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto que transforma em lei o Pronaf.

Prioridades - Os deputados Adelor Vieira (PMDB) e Ivan Ranzolin (PPB), eleitos para a Câmara, e a deputada Ideli Salvatti (PT), para o Senado, têm planos distintos para o novo mandato. Adelor cita alguns trechos da BR-

116 e a ligação de Jaraguá do Sul com a BR-101 e o Porto de São Francisco do Sul, obras de saneamento básico em Joinville e atenção aos aposentados através da criação de uma Frente Parlamentar da Previdência Social.

Já Ranzolin destaca as áreas de segurança pública e de humanização do trânsito, pois seu propósito é apresentar um projeto de lei contendo uma visão moderna de combate aos acidentes nas estradas e no meio urbano. Para Ideli, os próximos oito anos em Brasília passarão por três aspectos: o apoio ao governo Lula na aprovação das reformas importantes para o país; a manutenção dos dois eixos do mandato na Assembleia Legislativa, educação e combate à discriminação, e a busca de recursos de interesse do Estado. (RV)

Plano de Educação volta à pauta em 2003

(foto Jonas Lemos Campos)

Várias solicitações foram apresentadas pelos representantes de setores ligados à Educação no dia 9, durante audiência pública requerida pelo relator do Plano Decenal de Educação (Projeto de Lei nº 326/02), Joares Ponticelli (PPB). Entre as sugestões encaminhadas, atenção especial para a educação de adultos, priorização do esporte nas escolas como forma de educar e inclusão nos jornais locais de um encarte sobre educação.

A audiência pública realizada no plenário reuniu integrantes do Conselho Estadual de Educação (CEE), União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Secretaria da Educação e Desporto (SED) e Fórum Nacional de Educação.

A votação do projeto – encaminhado pelo Executivo no começo do segundo semestre –, deveria ocorrer este ano, mas a matéria ficará para 2003. Por força de dispositivo regimental, a proposta será



Mesa dos trabalhos

arquivada e caberá ao novo governador o desarquivamento – intenção já manifestada pelo futuro chefe do Executivo estadual, segundo afirmaram Ponticelli e o líder da bancada do PMDB, João Henrique Blasi.

O Projeto é consequência das exigências da Lei Federal nº 10.172 de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação. Ele estabelece uma proposta político-pedagógica – e não um plano de governo – para a Educação, levando em conta os desafios atuais e futuros, a estrutura existente, a co-responsabilidade entre Estado, municípios e sociedade, funcionando como norteador da política educacional. Pela proposta, toda a estrutura estatal (os Três Poderes), estadual e municipal, deve estar envolvida em sua divulgação, acompanhamento e implementação. Em síntese, define estratégias de ações nos três níveis de educação (Básico, Médio e Superior), nas modalidades de ensino (ensino à distância

e tecnologia educacional, educação técnica e formação profissional, educação especial e educação indígena), na formação e valorização do magistério na Educação Básica, e as formas de financiamento e gestão da política de Educação catarinense.

O início da montagem da proposta encaminhada pelo Executivo à Assembléia no começo do segundo semestre, aconteceu no Seminário Nacional sobre a Lei federal em janeiro deste ano. Na oportunidade, participaram a SED, a Udesc, o CEE, a Undime, além de sindicatos e associações de professores, entre outros segmentos da sociedade organizada da área de Educação.

No começo de março, foi realizado o primeiro encontro estadual, com 35 entidades ligadas à área, incluídos os órgãos públicos responsáveis pelo gerenciamento e aplicação de políticas de Educação. Foi composto o Conselho do Plano, integrado por dois representantes da SED, da Udesc, CEE, Undime e Associação Nacional de Política e Administração de Educação – seção Santa Catarina (ANPAE/SC). A partir daí, o documento básico foi montado e aperfeiçoado, com a participação de todos os municípios, culminando com o Dia de Mobilização do Plano Decenal de Educação, que reuniu 1.200 pessoas em 14 de março. O documento final ficou pronto em julho. A proposta está disponível na íntegra no site da Assembléia (www.alesc.sc.gov.br). (RMPP/MMV)

Ministério Público e Uvesc fecham acordo

Ministério Público e União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc) selaram no dia 6 acordo que garante a 333 vereadores de 88 Câmaras, o cumprimento total do mandato ganho nas eleições de 2000. A assinatura do acordo – mediado por ação da Assembléia Legislativa em novembro – aconteceu durante o III Seminário anual da Uvesc, realizado na Assembléia.

Com o acordo, o MP paralisa as ações que vinha apresentando ao Judiciário para fazer valer a Constituição Federal e nas próximas eleições, em 2004, a redução passa a valer. “O acordo simbólico sobre a proporcionalidade não resolve o problema. Apesar da Assembléia ter feito emenda à Constituição Estadual, adequando à Federal o dispositivo que delimita o número de vereadores, o que precisa ser modifica-

do é o artigo da CF”, avalia o presidente da Uvesc, Clérison Henrique (PFL), que é vereador da Câmara de Lages. Segundo ele, a Constituição Federal é falha pois, ao mesmo tempo em que define os números máximo e mínimo, insere o termo “proporcionalidade”, o que pode provocar mais confusão. Por isso, as Câmaras de todo o País deverão se mobilizar no próximo ano para fazer a mudança na Constituição, acabando assim com interpretações dúbias. Ele assegura que a idéia do movimento não é manter o número atual, apenas evitar futuras confusões.

Durante o Seminário, os senadores eleitos, Leonel Pavan (PSDB) e Ideli Salvatti (PT) falaram aos vereadores presente sobre as perspectivas dos novos governos, em níveis federal e estadual. (MMV)

Catarinenses eleitos na UPM

Os parlamentares catarinenses exercerão importantes papéis na diretoria do Bloco Parlamentar Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul (UPM). No último dia 5, ocorreram as eleições para a escolha da diretoria do Bloco.

O vice-presidente da Assembléia, Gilmar Knaesel (PPB) foi eleito no último dia 5 de dezembro em Minas Gerais, o secretário-geral do Bloco, assim como o deputado

Joares Ponticelli (PPB) eleito primeiro secretário. O presidente eleito foi o deputado paranaense Fernando Ribas Carli.

Além de Knaesel e Ponticelli, os parlamentares, Ivan Ranzolin (PPB), João Rosa (PTB), Milton Sander (PPB) e Jaime Mantelli (PDT) foram eleitos membros do Conselho Consultivo da entidade, sendo que Mantelli ainda foi indicado para presidí-lo. (TK)

Agenda

Dia 17, às 19 horas - Lançamento do livro *Do Abismo ao Infinito* do escritor Edmar Almeida Bernardes

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 18, às 20 horas - Diplomação do governador, vice-governador, senadores, deputados federais e estaduais eleitos em outubro passado

Local: Plenário

Estréias da semana TVAL

Quinta-feira dia 12

Santa Catarina Canta e Encanta,
“Os Santos” - Márcio, Jimi e Mark - ao vivo, 19 horas
Produtor e apresentador: Walter Filho
Direção: Hécio Corrêa

Segunda-feira dia 16

Em Pauta
Assunto: Lei que reformula o tratamento à doença mental
Produção e apresentação: Ivonete Lessa
Direção: Chico Pereira

Terça-feira dia 17

Galeria de Arte
Convidado: Tabajara Ruas
Produção: Valdir Maurício, Marcelo Braga e Daniel Oliveira
Apresentação: Léo Borba

Terça-feira dia 17

Sua Saúde
Assunto: Periodontia
Produção e apresentação: Katherine Galli
Direção: Chico Pereira

Terça-feira dia 17

Reunião da CCJ ao Vivo
Sessão Plenária - ao vivo

Quarta-feira dia 18

Comissão de Finanças transmissão - ao vivo
Sessão Plenária ao vivo
Diplomação dos Eleitos nas eleições 2002 - ao vivo

Quarta-feira dia 18

Troca de Opinião - ao vivo
Produção e apresentação: Maria Helena Torres
Direção: Hécio Corrêa



Diretor da TVAL: Ilson Chaves
Coordenação de Jornalismo: Maria Helena Torres
Coordenação de Produção: Hécio Corrêa
Repórteres e apresentadores: Mauro Ribas, Léo Borba e Katherine Galli
Câmeras: Nilson Spíndola, Jorge Araújo, Elói Alves, Valdir Maurício e Marcelo Silva
Direção de imagens: Marcelo Braga Lopes e Elói Alves
Edição: Nelson Wolter e Chico Pereira
Técnica de Áudio: Daniel Oliveira

ONGs: grandes aliadas das comunidades

Tatiana Kinoshita

Assistente social Sonita Santos sempre quis que seu filho, David Herold, tivesse uma boa qualidade de vida e, para isso, praticar esporte era fundamental.

O garoto, hoje com 12 anos, elegeu o futebol como atividade predileta e sua mãe não tardou a promover partidas para que David e as crianças da comunidade do Campeche, em Florianópolis, pudessem participar. O preço da inscrição era um quilo de alimento não perecível. A comunidade começou a se integrar e os que tinham poder aquisitivo maior começaram a ajudar os não tão favorecidos.

Sonita resolveu fazer algo maior. Por que não montar um grande evento esportivo, unindo futebol, body boarding, corrida rústica e surf. Todos poderiam participar, sendo que os adultos pagariam uma taxa de inscrição e as crianças continuariam doando alimentos. As doações seriam repassadas para Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (Seove) que cuida de crianças e idosos carentes e está passando por sérias dificuldades.

Com a grande repercussão que tiveram os eventos, Sonita sonhou ainda mais alto. "Resolvi então montar uma Organização não Governamental, depois que muitos amigos da comunidade me convenceram que assim poderíamos trabalhar não apenas com a Seove, mas com toda a comunidade, através de programas de reciclagem de lixo, além de outros projetos que estamos amadurecendo", explicou Sonita.

Segundo ela, o primeiro passo foi fazer um curso de capacitação, para saber como se monta uma ONG. "Fiz o curso da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e agora vamos montar um es-

tatuto para então registrar a ONG", comentou.

Mas os planos de Sonita e dos outros participantes da ONG do Campeche não pararam por aí. "Tenho uma irmã que também é integrante da organização e mora nos Estados Unidos. Assim que o estatuto e os projetos estiverem prontos ela irá tentar conseguir patrocínio para nós", afirmou.

Enquanto isso, a comunidade do Campeche continua se virando para melhorar sua qualidade de vida. Ainda neste mês de dezembro, dia 22, ocorrerá o Festival de Abertura de Verão do Campeche, no qual a

moçada, adultos e crianças, participarão jogando futebol, tênis, corrida rústica e futvolei. O esquema será o mesmo dos outros eventos, crianças doarão um quilo de alimento e

adultos pagarão R\$ 5 de inscrição. Tudo será doado à Seove. "Estamos abertos a quem quiser ajudar para conseguirmos captar mais recursos. Não é simples, mas percebemos que quanto mais nos organizamos, mais fácil fica de se resolver os problemas, além de criarmos grandes laços de amizade por toda comunidade", finalizou.



Idosos internos da Seove interagem com as crianças da comunidade

A base está na organização

Da década de 80 para cá, comunidades de todo país têm, cada vez mais, se organizado a fim de estabelecer o pleno exercício da cidadania, buscando soluções para

Como criar uma Organização Não Governamental

- Reunir um número mínimo de participantes (em torno de 20)
- Criar e registrar em cartório uma associação civil sem fins lucrativos
- Relatar as reuniões em atas, que devem sempre ser arquivadas como documentos
- Criar um estatuto para a organização. Um advogado ou estudante de direito pode ser útil nesta criação
- Porém, antes de tudo, o grupo precisa ter clareza do que quer realizar e ter lideranças cuja comunidade deposite total credibilidade, senão os esforços para manter a organização acaba sendo em vão

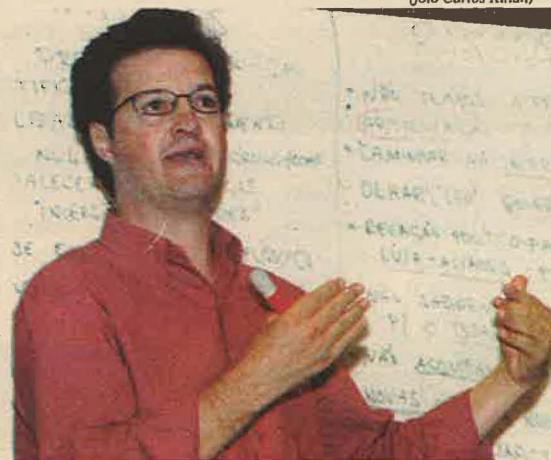
os problemas cotidianos. Neste contexto, as Organizações Não Governamentais (ONGs) Eficientes, elas vêm ganhando cada vez mais força do ponto de vista da ação social coletiva. Só em Santa Catarina já se contabilizam mais de 30 ONGs, a maioria com o foco voltado para defesa de crianças e adolescentes,

A captação de recursos ainda é o maior problema para a manutenção de uma ONG. As organizações devem elaborar projetos que, uma vez criados, podem recorrer aos fundos municipais e conselhos direcionados que têm recursos disponíveis. "As Assembleias Legislativas também podem discutir com a sociedade civil qual a melhor forma de captar recursos. Uma das saídas poderia ser a criação de um fundo estadual, nos moldes de programa federal que criou o Fundo de Combate à Pobreza. Inúmeras ONGs poderiam captar recursos deste fundo", avalia Armani.

Entretanto, Armani afirmou que este tipo de organização precisará sempre combinar uma capacidade para obter receitas próprias de forma regular - como contribuição de sócios, prestação de serviços de forma remunerada, venda de produtos, etc - com a capacidade de acessar fontes públicas de financiamento, privadas e não governamentais nacionais e internacionais.

"A captação de recursos ainda é o maior problema para a manutenção de uma ONG"

(foto Carlos Kilian)



Domingos Armani

agricultura - através de grupos de defesa da reforma agrária - e agroecologia.

O sociólogo Domingos Armani - mestre em Ciência Política e professor da Unisinos do Rio Grande do Sul esteve em Florianópolis, ministrando o Seminário de Desenvolvimento Institucional da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abongs) e conversou com o AL Notícias.

Segundo ele, seminários e eventos de discussão sobre este tema crescem a cada dia, além das organizações internacionais trazerem ao Brasil seus acúmulos técnicos na área. "Com essa troca de experiência, aumentam dramaticamente as expectativas de velhas e novas ONGs se consolidarem no cenário nacional", afirmou Armani.

Também é imprescindível para uma ONG estar em contínuo processo de atualização e qualificação de sua missão e de seu projeto político, assim como as bases de sua legitimidade e capacidade de gestão estratégica. Além disso, as organizações precisam sempre ampliar sua habilidade para influenci-

ar o processo das políticas públicas e de seus mecanismos de gestão institucional. "Uma ONG bem organizada requer disposição e preparo para gerar conhecimentos socialmente úteis e para administrar pessoas e recursos", finalizou.

(foto Solon Soares)



Escolinha de futebol na praia do Campeche